

172

BEM-ESTAR SOCIAL, POLÍTICAS ECONÔMICAS E ESTRUTURA DE INCENTIVOS.
Henrique Friedrich Boiko, Ronald Otto Hillbrecht (orient.) (UFRGS).

A eficiência das políticas econômicas adotadas, e a serem adotadas, assim como a condução da política monetária ser executada por uma autoridade independente ou dependente à fiscal são pontos de grande pluralidade de opiniões. Analisando-se o bem-estar da sociedade através da comparação de suas funções perda em diferentes tipos de arranjos institucionais, onde estas serão determinadas de acordo com o comportamento das autoridades econômicas dentro dos respectivos arranjos, conclui-se de acordo com o modelo que inexiste um regime absolutamente preferível, mas há regime que, em determinados arranjos e dentre os prováveis comportamentos das autoridades econômicas dada a estrutura de incentivos enfrentada, é preferível, ou seja, é o melhor regime monetário para a sociedade frente à estrutura de incentivos que se defronta uma economia. Utilizando-se o modelo onde as autoridades econômicas minimizam suas funções perda, plota-se os resultados para a função perda da sociedade e são obtida as funções que definem a perda para a sociedade para os seguintes regimes institucionais: i) autoridade monetária é subordinada à fiscal, ii) autoridade monetária independente à fiscal e iii) dolarização. No entanto, é necessário analisar o comportamento das autoridades fiscal e monetária ao longo do tempo considerando a estrutura de incentivos existente, seus equilíbrios e a consistência temporal destes. A abordagem teórica proposta (*new political economy*) possibilita uma comparação mais acurada e realista sobre a perda de bem-estar para a sociedade frente à condução e coordenação das políticas adotadas nos diferentes arranjos institucionais analisados. Buscando identificar possíveis equilíbrios, em determinadas estruturas de incentivos de uma economia, abordam-se pontos como coordenação entre autoridade fiscal e monetária, equilíbrio político, compromisso da autoridade monetária com metas de inflação, gasto público e consistência temporal da política fiscal. (PIBIC).